



**ACADEMIA  
INTERNACIONAL  
DA CULTURA  
PORTUGUESA**

**BOLETIM N.º 51 –2024**

**LISBOA**



**ACADEMIA INTERNACIONAL  
DA  
CULTURA PORTUGUESA**

**BOLETIM  
Edição N.º 51**

**2024**

O artigo 19.º dos Estatutos da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, aprovados pelo Decreto n.º 46 180, de 6 de Fevereiro de 1965, determina que haverá duas publicações Académicas de carácter permanente: o *Boletim* e os *Anais*

TÍTULO:

*Boletim N.º 51 – 2024*

EDIÇÃO:

*Academia Internacional da Cultura Portuguesa*

EXECUÇÃO GRÁFICA:

*Página Ímpar, Lda*

DEPÓSITO LEGAL:

*68080/93*

## ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA .....	5
DESAFIOS ÉTICOS DE NOSSA TRADIÇÃO LUSO-BRASILEIRA .....	9
José Maurício de Carvalho	
DESENVOLVIMENTO HUMANO E VULNERABILIDADE EM ANGOLA .....	15
Paulo de Carvalho	
DO PAPEL DO TRIBUNAL DE CONTAS NA DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA .....	27
José Fontes	
UM PAÍS-FÁBRICA DE RELIGIÃO: O BRASIL COMO TERRENO FÉRTIL DO UNIVERSO RELIGIOSO (Seminário “O Brasil na Nova Ordem Mundial”) .....	35
José Eduardo Franco	
CIÊNCIA, DESENVOLVIMENTO HUMANO E SUSTENTABILIDADE: NOTA BREVE SOBRE LIBERDADE DO CIENTISTA E DIREITO .....	37
Maria da Glória Garcia	
ARQUEOLOGIA, COLEÇÕES, MEMÓRIAS E EMOÇÕES: DAR FUTURO AO PASSADO (UMA BREVE REFLEXÃO) .....	43
Ana Cristina Martins	
DIA DA CONSCIÊNCIA E O HUMANISMO UNIVERSALISTA LUSÓFONO EM ARISTIDES DE SOUSA MENDES E LUÍS SOUZA DANTAS .....	55
Vitor Melícias	
SOBRE A FRONTEIRA MARÍTIMA DE PORTUGAL .....	63
Maria Regina de Mongiardim	
O BRASIL E A CPLP (Seminário “O Brasil na Nova Ordem Mundial”) .....	83
Embaixador Carlos Sérgio Sobral Duarte	
UMA LÍNGUA, VÁRIAS CULTURAS, UM GRANDE DESAFIO .....	91
José Octávio Serra Van-Dúnm	



## NOTA EDITORIAL

*Maria Regina de Mongiardim*

*Presidente do Conselho Académico da Academia  
Internacional da Cultura Portuguesa*

O presente número do Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa (nº 51) condensa a atividade do ano de 2024, último do mandato do atual Conselho Académico, em funções.

Durante o ano de 2024, a Academia empenhou-se em cumprir o Plano de Atividades aprovado em Assembleia-Geral, cujo espírito foi marcado por imprimir maior dinâmica na vertente internacional da AICP e por congregar à sua volta entidades e instituições estrangeiras, e multinacionais de prestígio.

Tudo isto, sem deixar de reconhecer o mérito de Académicos nacionais, que se destacaram pela sua colaboração com a AICP, como aconteceu com o Reverendo Padre Vítor Melícias, que ascendeu a Académico de Número, em dezembro.

Um dos imperativos traçados, foi o de tentar preencher a lista de Académicos Correspondentes estrangeiros, demasiado deficitária, abrindo portas ao preenchimento da lista de Académicos de Número estrangeiros, presentemente em situação de vacuidade.

Assim, tomaram posse como Académicos Correspondentes os Professores Doutores José Octávio Serra Van-Dúnem e Paulo de Carvalho, de nacionalidade angolana, e o Professor Doutor José Maurício de Carvalho, de nacionalidade brasileira. Como é habitual, as suas comunicações nos respetivos atos de posse encontram-se publicadas no presente Boletim.

Todos estes textos enriquecem o acervo bibliográfico da nossa Academia e servirão, estamos certos, de motivo de reflexão dos nossos leitores. “*Food for thought*”, como costuma dizer-se em ambiente internacional.

Naturalmente, este espírito de renovação das listas de Académicos de nacionalidade estrangeira não se esgotou com as referidas tomadas de posse, pelo que a Academia entende dever prosseguir nesta senda.

Especial esforço foi dedicado à realização, em outubro, de dois importantes eventos públicos, o Seminário sobre “O Brasil na Nova Ordem Mundial” e a Conferência sobre “Timor-Leste na Encruzilhada de Vários Mundos”.

Ambos os eventos tiveram o apoio institucional da CPLP, cumprindo, desta forma, o desígnio de fomentar as relações da AICP com esta Organização internacional multilateral da esfera cultural da Lusofonia, de que a Academia é Observadora Consultiva.

O Seminário sobre o Brasil, delineado e proposto pela AICP, acabaria por ser organizado conjuntamente com a Missão Permanente do Brasil junto da CPLP, em Lisboa, numa clara manifestação do interesse que esta iniciativa despertou nas autoridades brasileiras.

Foram dois dias completos de interessantes palestras, que contaram com a participação de prestigiados conferencistas portugueses e brasileiros, e em que foram abordados variados temas ilustrativos do Brasil de hoje, e da posição deste país no quadro internacional e, em particular, da Lusofonia.

A Conferência sobre Timor-Leste reuniu, durante um dia completo, importantes conferencistas portugueses e timorenses, que traçaram as condições políticas internas e internacionais deste país asiático, e os dilemas com que ali se defronta a língua portuguesa.

Lamentamos, apenas, não termos podido coligir os textos de todas as intervenções nesses dois eventos, para sua publicação neste Boletim. Alguns, porém, fazem parte desta publicação.

Não menos importante, foi a preparação das comemorações do 60º aniversário da AICP, agendadas para o mês de fevereiro de 2025. Essa preparação obrigou a uma atenção particular, prévia, à edição de um número do Boletim exclusivamente dedicado à figura do Professor Adriano Moreira, fundador da Academia, e seu mentor durante toda a existência desta nobre instituição.

Este projeto comemorativo, que, por razões alheias à AICP, sofreu várias vicissitudes, viu, no entanto, concretizada a publicação dessa edição especial do Boletim, em tempo oportuno.

Cumpre-nos deixar aqui um público pedido de desculpas e, simultaneamente, uma palavra de muito apreço pela nossa Académica de Número, Professora Doutora Maria da Glória Garcia, que, lamentavelmente, por motivos informáticos, não pôde ver o seu artigo publicado nessa edição especial do Boletim da AICP. Razão que nos impôs fosse feita a publicação do seu artigo, intitulado “Ciência, desenvolvimento humano e sustentabilidade: nota breve sobre liberdade do cientista e direito”, no presente Boletim, com a devida nota sobre esse lapso infeliz.

Uma palavra de agradecimento é devida ao nosso Académico Correspondente, Professor Doutor Renato Epifânio, por cuidar de manter atualizada a página de internet da Academia, que ele próprio criou ([aicp.webnode.page](http://aicp.webnode.page)).

Contra a nossa vontade, as restrições orçamentais com que a AICP tem sido confrontada, especialmente neste ano de 2024, limitaram bastante as suas atividades e, conseqüentemente, o cabal cumprimento dos seus objetivos estatutários.

Não obstante as dificuldades, a AICP pugnou por ver reconhecido o seu mérito e o seu prestígio, a níveis nacional e internacional. Tal aconteceu, em certa medida, não apenas com a repercussão pública das atividades que realizou, mas, também, com o convite da Assembleia da República para se associar ao Grupo de Trabalho para a Concessão de Honras de Panteão Nacional a José Maria Eça de Queiroz, o que foi aceite.

Não cabe dúvida de que a grave e complexa situação política internacional se reflete em todas as áreas de intervenção nacional. Não sendo imune a tais circunstâncias, a AICP pode e deve prosseguir na prossecução dos seus objetivos, nomeadamente, estabelecendo protocolos de cooperação cultural com outras instituições de idêntica natureza, nacionais e estrangeiras, com especial realce para as dos países de língua portuguesa.

Esse é um caminho que a AICP deve desbravar e empreender, e em que o Conselho Académico, ainda em funções, está verdadeiramente empenhado. Para além do protocolo já estabelecido com o Instituto do Oriente, do ISCSP-Universidade de Lisboa, estão na forja outros protocolos dessa natureza, que só deverão vir à luz no decurso de 2025.

Semelhante estratégia permitirá uma associação de esforços e a potenciação de recursos, que, salvaguardando a autonomia da AICP, poderão redundar numa agenda mais rica e apelativa.

Da mesma forma, também deverá ser dada continuidade ao ciclo de conferências e seminários com os demais países de língua portuguesa, a que, sempre, se procurará associar a CPLP, sendo isso uma mais-valia para ambas as instituições. Embora sem atividade digna de nota, espera-se que as Comissões Temáticas dos Observadores Consultivos da CPLP, a que a AICP pertence, favoreçam a esperada colaboração proveitosa com a nossa Academia.

Com idêntico espírito, prosseguir-se-á no preenchimento das listas de Académicos estrangeiros, das diferentes categorias, condição incontornável da própria natureza internacional da nossa Academia.

Só, assim, a AICP pode verdadeiramente contribuir para o seu enriquecimento e para o enriquecimento dos laços com os povos e países de língua portuguesa, sem esquecer as comunidades de língua portuguesa expatriadas. Neste desiderato, a AICP poderá tornar-se um agente ativo na promoção da cultura portuguesa e dos nossos valores civilizacionais democráticos, na divulgação do nosso património, na investigação e produção científica, na educação e na aproximação sociopolítica.

Num mundo em tão grande convulsão e reversão dos mais sãos princípios da liberdade, da justiça, da democracia e dos direitos humanos, instituições de paz e concórdia, como a AICP, são sempre de acarinhar e encorajar.

É precisamente quando o mundo da política se mostra mais conturbado, que a cultura (*soft power*) e a memória histórica – duas vertentes perfeitamente assumidas pela AICP - podem servir de esteio a um relacionamento internacional mais pacífico, previsível e ordenado.

Contamos, por isso, com todos os Académicos, a quem pedimos que concedam à nossa Academia a sua máxima colaboração, lhe deem o necessário “alimento” intelectual, cultural e científico, e que a promovam, por forma a garantirmos a sua sobrevivência e eficácia, e a sua influência dentro e fora de portas.

Bem hajam todos os que contribuíram para a publicação deste Boletim!

# ARQUEOLOGIA, COLEÇÕES, MEMÓRIAS E EMOÇÕES: DAR FUTURO AO PASSADO (UMA BREVE REFLEXÃO)

*Ana Cristina Martins*

*IHC-Polo Universidade de Évora / IN2PAST  
Académica Correspondente da Academia Internacional  
da Cultura Portuguesa*

## **Resumo**

Questionando se a história da arqueologia ainda é útil, procede-se a uma reflexão sobre a sua importância para projetos destinados a dar visibilidade a quem nunca a teve ou a perdeu no decurso do desenvolvimento da prática arqueológica, assim como acerca do seu papel da recuperação e gestação de memórias e emoções, quantas vezes essenciais a iniciativas potenciadoras da autoestima de entidades públicas e privadas, individuais e coletivas, recorrendo amiúde à arqueologia pública e comunitária.

**Palavras-chave:** História da Arqueologia; Território: Comunidade; Memória; Emoção.

## **Abstract**

Questioning whether the history of archaeology is still useful, we reflect on its importance for projects aimed at giving visibility to those who never had it or lost it in the course of the development of archaeological practice, as well as its role in the recovery and gestation of memories and emotions, which are often essential to initiatives that boost the self-esteem of public and private organisations, individuals and groups, public and private, individual and collective, often resorting to public and community archaeology, and community archaeology.

**Keywords:** History of Archaeology; Territory: Community; Memory; Emotion.

«Nada do que vivemos tem *sentido*, se não *tocarmos* o coração das pessoas.»

Cora Coralina

## PALAVRAS INICIAIS: ENTRE MEMÓRIAS E EMOÇÕES

Quando, com o maior orgulho e sentido de responsabilidade, proferimos a conferência de entrada para a Academia Internacional da Cultura Portuguesa, na qualidade de Académica Correspondente, a Primavera dava os seus primeiros passos no calendário do hemisfério norte, pouco depois das três primeiras baladas de 20 de março de 2024.

Não era, porém, dessa Primavera que pretendíamos falar, mas antes da ‘Primavera das emoções’, num dia que é consagrado à Felicidade por decisão da Organização das Nações Unidas, em 2012.

Em concreto, de emoções ocasionadas no âmbito da produção de conhecimento e de património arqueológico. Eis o que propusemos levar, então, para debate.

Mas, em rigor, tratou-se de uma oportunidade mais de refletir com maior detalhe sobre aspetos que tínhamos escrutinado após uma esclarecedora reunião de historiadores da arqueologia convocados para, em conjunto, demonstrarem, de modo desassombrado, a utilidade da especialidade académica que tinham abraçado, partindo, para o efeito, de uma questão deveras provocatória e, também por isso, estimulante e necessária.

Com efeito, em setembro de 2019, a comissão de história da arqueologia da *Union International des Sciences Pré-historiques et Proto-historiques* organizou, em Roma, um colóquio com o título interrogativo - *Is (still) history of archaeology useful?*

A pergunta parecia não fazer sentido, pois, como questionar se a história da arqueologia faz ou ainda faz sentido, quando toda a produção de conhecimento faz – ou presume-se fazer –, sempre sentido?

Foi esta a interrogação que nos assomou assim que a lemos.

Mas, após a surpresa inicial, a interpelação transformou-se na primeira grande oportunidade para refletir sobre a especialidade que abraçáramos há mais de 25 anos - a história da arqueologia.

Ademais, veio-nos de imediato à memória a trajetória da pré-historiadora espanhola Maria Ángeles Querol (1948-), Catedrática Jubilada da *Universidad Complutense de Madrid*, com quem tivemos o prazer de apresentar e publicar uma primeira abordagem à invisibilidade da mulher nos Museus Nacionais de Arqueologia em Espanha e Portugal (Martins y Querol-2017). Mas não foi por isso que o seu nome nos surgiu. Do que nos lembrámos foi de ter decidido, nas últimas décadas de investigação e docência, dedicar-se, por inteiro, à gestão integrada, comunitária e colaborativa do património cultural, a ponto de se transformar numa referência internacional nesta área. Muitos colegas ter-se-ão surpreendido com tal resolução, mormente por ter sido tomada por quem era já uma renomada pré-historiadora internacional.

Mas o que terá instado M. Á. Querol a este novo percurso? Muito provavelmente, a procura pelo sentido da investigação arqueológica para os territórios onde ela é desenvolvida e, sobretudo, para as comunidades que nelas residem e transitam, de modo vivo e evolutivo.

Por isso, também, participámos no Colóquio de roma com a intervenção - *History of archaeology and local development: heritage, memory, territory*.

Aos poucos, a questão assim colocada ganhou corpo e sentido, justificando a realização de duas apresentações orais em encontros científicos nacionais, entretanto publicadas (Martins-2020 e 2022). Espaços onde não nos limitámos a explicar a utilidade da história da arqueologia, antes reforçando-a a ponto de assumir a sua indispensabilidade.

O ponto de partida foi, precisamente, a pergunta desafiadora do Colóquio que se metamorfoseou num ensejo quase único de ponderação pessoal sobre o assunto.

Com efeito, será que a história da arqueologia faz sentido ou, melhor, continuará a fazer sentido?

O interesse pela história da arqueologia, em geral, e em Portugal, de modo particular, começou a suscitar o nosso interesse há cerca de 35 anos. Muito longe de Lisboa, nos idos de 80, despertámos para o assunto, não apenas para melhor entender o processo de formação da própria ciência arqueológica, como para conhecer os contextos em que a mesma ia tendo lugar.

Foi isso, numa primeira instância, que prendeu a nossa atenção, ou seja, o contexto ou, melhor dizendo, os distintos contextos de promoção de conhecimento e de património arqueológico, recordando uma das afirmações lapidares do medievalista francês Marc Bloch (1886-1944), fundador, juntamente com Lucien Febvre (1878-1956), da referencial *Écoles des Annales* (1929), *A História é a ciência dos homens, dos homens no seu tempo*.

Esta seria a justificação nuclear da existência da história da arqueologia. Mas bastaria para responder categoricamente à questão colocada sobre a sua utilidade? Uma utilidade que, aparentemente, teria existido, mas cuja perpetuidade seria agora contestada? Havia, sem dúvida, que obter uma visão mais alargada sobre o assunto para melhor o apreender.

Por isso procurámos lançar mão de uma abordagem interdisciplinar transformando o estudo da história da arqueologia num pretexto para penetrar na história dos museus e do colecionismo ou, dito de outro de modo, do património cultural, material e imaterial, assim como da cultura e das mentalidades. Temas que, na generalidade, têm estruturado as atividades organizadas e coorganizadas, entre outros organismos, pelas Secções de Arqueologia e de Estudos do Património da Sociedade de Geografia de Lisboa, às quais presidimos.

Ângulo de visão interdisciplinar que esteve sempre presente na nossa investigação, materializando-se, nomeadamente, na dissertação de mestrado (Martins, 2003) e na tese de doutoramento (Martins, 2005). Na verdade, foram as nossas primeiras aproximações enquadráveis nos domínios da biografia científica e da história institucional científico-cultural, ao longo das quais consciencializámos a multiplicidade de atores do processo evolutivo e cumulativo da prática arqueológica, fosse a nível local, regional nacional e, até, transnacional e supranacional. A atenção maior passou, no entanto, a residir nos dois primeiros níveis – local e

regional -, pela plêiade de entidades que em muito contribuíram para a afirmação e desenvolvimento da arqueologia no país e cujos nomes, na maioria dos casos, permaneceram - quando permaneceram -, em brevíssimas notas de rodapé.

Tratou-se, sem dúvida, de um percurso que nos tornou ainda mais cientes do quanto havia por fazer no quadro da historiografia arqueológica em Portugal, sendo que o pouco que fora e estava a ser produzido neste âmbito se centrava em nomes de quem fora dirigente, independentemente da natureza dos organismos e das atividades que geriam e orientavam. Nomes, ademais, que surgiam esmagadoramente no masculino e quase sempre pertencendo a elites locais, regionais e nacionais.

Mercê de leituras, da participação em encontros, da integração em redes científicas da especialidade, do trabalho desenvolvido como Investigadora Auxiliar no IICT-Instituto de Investigação Científica Tropical, entre 2008 e 2014, de Investigadora Integrada da UNIARQ-Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa e do IHC-Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, capacitámo-nos da urgência de atender a invisibilidades na construção de conhecimento arqueológico e patrimonial no nosso território ou ao que os historiadores da ciência designam por *invisible technicians* e os antropólogos culturais de *hidden voices*.

Havia, por conseguinte, que aprofundar e amplificar a visão interdisciplinar para melhor capturar realidades passadas. Assim se abriu um horizonte de possibilidades de investigação. Com efeito, que melhor contributo poderia conferir à historiografia do que visibilizar esquecimentos e omissões?

Por que não começar no feminino?

Foi, assim, com esta nova demanda, que foram sendo identificados e recuperados nomes femininos de quem, por razões diversas, permaneceu silenciado na historiografia da ciência, lançando-se um repto público nesse sentido quando da comemoração dos 125 anos do IICT, em 2008.

Por entre a lista construída aos poucos, mercê também do trabalho orientado de estagiárias da Licenciatura em Estudos Africanos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, surgiram nomes de mulheres de todas as áreas científicas abrangidas pela história do IICT, incluindo a antropologia física à qual se associava alguma atividade arqueológica.

Não obstante, o tema da invisibilidade em ciência configura um campo de análise mais amplo do que o reservado às mulheres. É certo que, em grande medida, têm sido as mulheres o enfoque central desta abordagem, a ponto de justificar a constituição de um campo de estudo autónomo: o da história das mulheres. Ainda assim, as “vozes escondidas” ou “esquecidas” transvasam as suas fronteiras. Com efeito, existem ocultações, não apenas no feminino - sejam cientistas, coautoras, desenhadoras, fotógrafas, tradutoras, colaboradoras, etc. -, como no masculino. Ausências historiográficas que envolvem outras tipologias de atores, como a de trabalhadores contratados sazonalmente para, no caso específico da arqueologia, integrem escavações arqueológicas.

Mas não apenas.

O projeto financiado pela FCT-Fundação para a Ciência e a Tecnologia<sup>1</sup>, do qual formos Investigadora Responsável, para identificar e contextualizar protagonistas da arqueologia nos antigos territórios africanos administrados por Portugal durante o Estado Novo (1933-1974), revelou bastante mais do que isso.

Entranhando em fontes primárias e secundárias, confirmou-se rapidamente a importância dos denominados “atores locais” nesse processo tão complexo. Foi assim possível identificar e resgatar nomes, projetos, espaços de atuação e redes de contato internacionais, enquanto se reconhecia, por exemplo, como a então Lourenço Marques se encontrava perfeitamente inscrita num circuito científico verdadeiramente transnacional e de grande qualidade intelectual.

Mais. Tratou-se de um exercício que possibilitou confirmar a relevância das redes locais constituídas por curiosos, diletantes, mas sempre atentos e instruídos, comprometidos com o conhecimento sobre o passado dos territórios que habitavam, fosse como arqueólogos amadores – locais ou não locais, nacionais ou estrangeiros –, colecionadores, mecenas, jornalistas, membros de sociedades eruditas e proprietários, entre muitos outros.

Gradualmente, foi-se assim alcançando a dimensão e variedade destas, por vezes, espessas camadas de atuação e informação compostas de quem, de modo direto ou indireto, sendo especialista ou não, concorreu para a afirmação e o desenvolvimento da arqueologia em geografias ultramarinas.

## ARQUEOLOGIA PÚBLICA E COMUNITÁRIA

Porém, até este momento, centrámo-nos na importância de rememorar episódios eventualmente geradores de emoções junto de quem produziu conhecimento e património.

Porque há, sem dúvida, uma carga emocional em todo este processo. Uma carga emocional transmutada, desde logo, em memória. Porque não há memória sem emoção. Porque a emoção fixa-se em memória.

Mas, tanto as memórias, quanto as emoções configuram singularidades, pois são vividas individualmente e perduram de modo diferente em cada protagonista. Existe, contudo, o conceito de “memória coletiva”, enquanto repositório abstrato de informações inerentes a uma comunidade, grupo ou lugar, constituído a partir de memórias individuais. Ainda assim, mesmo a “memória coletiva” não é unívoca, pois cada membro de um coletivo regista, recorda e relata de modo dissemelhante os mesmos episódios vivenciados, mercê dos seus conhecimentos, experiências e interesses pessoais.

O mesmo episódio não é vivido da mesma forma. O mesmo episódio não é memorizado do mesmo modo. O mesmo episódio não é fixado emocionalmente da mesma maneira.

Impõe-se, contudo, perguntar como discurrir acerca de emoções em projetos pretendidos científicos, ou seja, objetivos? Questão tanto mais pertinente, quando a memória não

---

<sup>1</sup> “PROMEMICI - Actors and memories of the “scientific missions”. Archaeology and the Portuguese colonial agenda”. PTDC/IVC-HFC/5017/2012 (Instituto de Investigação Científica Tropical, 2012-2014).

é objetiva e muito menos a emoção, mormente por não serem mensuráveis e, também por isso, (aparentemente) não testáveis. Não será, efetivamente, fácil alcançar a real dimensão do impacto dos afetos, sentimentos e emoções memorizados na preservação do património. Se não são mensuráveis, como trazê-los para a equação da história da ciência, sobretudo da história de ciências humanas e sociais, perante o esforço de rigor e sistematização colocado na construção e organização do conhecimento por parte das ciências naturais e formais?

Urge, todavia, perguntar se existe produção de conhecimento e de património, nomeadamente científico, sem memória e sem emoção?

Há muito que as ciências humanas e sociais compreenderam o alcance da memória, produzindo métodos específicos de trabalho de campo que permitem recolher testemunhos de vida no contexto da história oral. Recursos desenvolvidos, por exemplo, pela historiografia anglo-saxónica, principalmente desde os anos 70 da última centúria, para se focar, com o tempo, no desenvolvimento do campo da história regional, local e micro-história para melhor identificar particularidades de cada geografia e avaliar o seu contributo para a construção de diferentes agendas nacionais e transnacionais, designadamente de foro identitário.

De modo gradativo, o estudo das emoções ingressou na Academia, sobretudo na viragem para o século XXI. Disso é exemplo o *Max Planck Institut for Human Development* (Berlim, 1961), instituição de referência científica internacional. Um dos seus mais recentes grupos de trabalho denomina-se, precisamente, *Center for the History of Emotions*, dedicado ao estudo das emoções enquanto produto histórico, partindo do pressuposto de que as emoções – sentimentos e suas manifestações, mormente públicas –, são uma construção histórica e diferem de acordo com os contextos histórico-culturais, sendo, por isso, variáveis dependendo dos códigos e léxicos sociais vigentes em cada momento e geografia.

Acresce que as emoções desempenham um papel importante e, por vezes, determinante na construção da própria história, como previra, nos anos 30 e 40 do século passado, o já aqui citado historiador Lucien Febvre, até que o historiador norte-americano Peter Stearns (1936-), da *Carnegie Mellon University*, e a psiquiatra, da mesma nacionalidade, Carol Stearns, da *Pittsburgh School of Medicine*, retomaram a ideia na década de 80, debatendo se as emoções configuram uma manifestação apenas de ordem natural ou se são afeiçoadas pelo ambiente cultural.

Quanto à atividade arqueológica?

Como afirma Sarah Tarlow (1967-), da *School of Archaeology and Ancient History, University of Leicester*, em Inglaterra, é certo que a arqueologia procura dados, factos, mas a sua preocupação deve centrar-se nas pessoas. Aqueles, os factos, ou seja, os artefactos encontrados, constituem o ponto de partida para a interpretação e entendimento do seu significado junto das comunidades que os pensaram, construíram, fruíram, legaram ou metamorfosearam.

Neste sentido, os artefactos são ou, melhor, provocam emoções pelo que significam ou ajudam a rememorar. Os artefactos são, eles próprios, objetos de emoção, ou, antes, são produzidos por emoções e geram emoções. Emoções germinadas e dilatadas ao longo dos tempos entre comunidades, sítios, materiais e seus territórios, e com os quais se foram modelando identidades e narrativas, sejam elas escritas ou audiovisuais (Bodicce-2018; Martins-2020).

Nesta medida, são as emoções que fortalecem, enfraquecem, corporalizam e dão sentido a tudo o que fazemos: ontem, hoje e, assim o esperamos, amanhã.

Todos os nossos pensamentos, decisões, ações e inações são estimulados, alimentados e desmotivados por emoções, independentemente da sua natureza, do seu nível e da sua escala: pessoal, local, regional, nacional e internacional; política, económico-financeira, social, cultural e mental; medo, alegria, tristeza, amor, ódio, orgulho, vergonha, ilusão, desilusão, esperança, otimismo, pessimismo, etc.

Deste ponto de vista, enquanto arqueólogos e historiadores, temos uma responsabilidade acrescida. Responsabilidade para com as comunidades pretéritas que estudamos, na medida em que as revelamos, ainda que de modo truncado, no presente e, também por isso, ou sobretudo por isso, devem ser desvendadas da forma mais completa possível, desde os mais diversos ângulos de análise.

O primeiro momento em que tomámos total consciência deste imperativo ético terá acontecido em 2014, por ocasião da inauguração da exposição temporária *África reencontrada - o ritual e o sagrado em duas coleções públicas portuguesas* (6 de abril a 30 de dezembro), numa organização conjunta do Museu Nacional de Arqueologia e do Instituto de Investigação Científica Tropical (Martins e Santos-2014).

Visando divulgar parte da Missão Antropológica e Etnológica da Guiné (MAEG) (1946-47), enquadrando-a na história da ciência, em geral, da antropologia e da arqueologia, em particular, a exposição teve um inesperado impacte. Imprevisto, porque não fora pensada e organizada com esse intuito, ou seja, da receção da exposição por comunidades afrodescendentes residentes na Grande Lisboa, com natural destaque para a guineense.

A receção foi muito positiva, na medida em que, independentemente do debate produzido em torno dos seus contextos de recolha, devidamente assinalados nos textos de sala e no catálogo, as peças expostas representavam importantes trechos do património cultural material e imaterial guineense que perdura na atualidade.

Tratou-se, porém, de um envolvimento *a posteriori*. Ou seja, apelou-se à sua presença num momento em que todo o processo museológico, museográfico e expográfico estava concluído segundo critérios definidos por uma equipa multidisciplinar alheia a memórias e emoções que os objetos ocasionariam. Involuntária e inconscientemente, mas alheis. De outro modo, que peças selecionariam e como pretendariam que fossem apresentadas, num exercício verdadeiramente transdisciplinar? As mesmas? Outras? Nenhumas? Que razões determinariam a sua escolha? Desconhecemos. Mas podíamos ter sabido se tivéssemos entrevistado representantes da comunidade guineense, visitando a exposição, observando os objetos e as imagens em movimento captadas pela MAEG. Não nos ocorreu.

Não nos ocorreu, como não ocorre em inúmeras atividades arqueológicas, para nos cingirmos a esta ciência e ao nosso território.

Inadvertida e inconscientemente, parte-se, de um modo geral, do princípio - ou nem dele se parte -, de que as nossas ações neste campo concorrem para a notoriedade de testemunhos materiais de determinados tempos, lugares, comunidades e territórios.

Poderá ser assim, mas nem sempre é assim.

Nem sempre é assim, por uma multitude de razões, dependendo das comunidades, dos territórios e do modo como vivem o passado, o passado no presente e a sua própria cultura. Exige-se, de igual modo, por essa razão, um maior envolvimento das comunidades em todo o processo de produção de projetos arqueológicos a desenhar para um determinado território modelado e modelável por múltiplos fatores, designadamente pelas mutações registadas no seu âmbito ao longo do tempo. Daí a pertinência medrante de trabalhar conceitos como os de trans-memória, trans-historicidade e trans-contextualidade (Serrão-2008), para com eles (re)estabelecer ligações entre indivíduos, comunidades e territórios, num processo de (re)descoberta contínua pelos sentidos dos lugares (Schofield e Szymanski-2001).

Nest ponto, devíamos ingressar na questão da transdisciplinaridade. Há muito que a multidisciplinaridade e interdisciplinaridade se fixaram no léxico e na prática científica generalizada. Mas, e a transdisciplinaridade?

O biólogo e psicólogo suíço Jean Piaget (1896-1980) introduziu o termo nos anos 70 do século passado, como terceira via para a produção e utilização da ciência, pressupondo, com frequência, a inclusão, em projetos de investigação, de entidades não académicas para resolução de assuntos mais práticos e emergentes. Tratava-se, em suma, de uma mudança entre o princípio de transferência de conhecimento científico para a sociedade, para um cenário de produção de ciência com a sociedade.

Em arqueologia, esta visão transdisciplinar tem passado, essencialmente, por envolver câmaras municipais para obter autorizações e financiamento para a produção de conhecimento e de património sobre os seus territórios, com os quais se contribui para o denominado “desenvolvimento sustentável” de localidades e regiões. Apoios aos quais, nalguns casos, se somam outras entidades, nomeadamente de carácter associativo.

Mas o conceito de transdisciplinaridade tem sido objeto de revisão, tornando-se mais ambicioso pelas crescentes e céleres transformações registadas nas sociedades contemporâneas às quais são lançados novos e exigentes desafios.

Desde logo, alguns dos contemplados na lista dos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, definidos, em 2000, pela O.N.U.-Organização das Nações Unidas, posteriormente atualizados nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030, aprovada em 2016.

Objetivos que os investigadores passaram a ser convocados a contemplar em projetos candidatos a financiamento, tanto a nível nacional, como europeu.

Obrigação que parece contrariar a essência da própria investigação. Aparente contradição que parece remeter para o antigo e intemporal debate entre investigação essencial e investigação aplicada que, em Portugal, ganhou contornos de alguma intensidade em meados da última centúria, inclusive no seio do organismo predecessor do IICT, a Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais/Ultramarinas (Lisboa, 1936) (Martins e Albino-2010).

Não obstante, os últimos anos têm demonstrado quão pertinente tem sido esta obrigatoriedade ao potenciar uma noção mais concreta dos contributos outorgáveis pelas ciências

humanas e sociais à sociedade, no seu todo, e a determinados territórios e comunidades, em particular. Provavelmente, o verbo “outorgar” não será o mais adequado, como pouco apropriado será também o “transferir”. Antes de mais, deveríamos cultivar o verbo “envolver”. Envolver desde o início da elaboração de projetos, indagando junto das comunidades que situações, questões e necessidades pretendem ver respondidas, solucionadas e divulgadas.

A verdade é que estamos ainda muito arreigados ao processo *top-down* quando precisaríamos praticar abordagens *bottom-up* e *win-win*. Este é o desafio atual.

Mas se olharmos para os percursos trilhados pela arqueologia, inclusive em Portugal, identificamos com alguma facilidade que muito tem concorrido para a concretização de ações transdisciplinares. Mesmo que oficiosamente. Mesmo que inscientemente.

Disso são exemplo os estudos sobre a (re)utilização do passado por diferentes agendas ideológicas e políticas, e a fruição de património arqueológico na (re)reconstrução de distintos níveis de afirmação identitária e hegemónica. Afirmações materializadas em múltiplos suportes e espaços, desde sítios arqueológicos, a coleções, museus, manuais escolares, produção artística e literária e uma infinidade de recursos audiovisuais.

A arqueologia tem sido central nestas situações, assim como em estudos de receção do pretérito, de um ponto de vista trans-contextual e trans-memorial, mas também na visibilização de “vozes esquecidas” com as quais iniciámos esta nossa reflexão.

Que melhor compensação - se de recompensa devemos falar -, para um investigador do que a alegria proporcionada pela identificação de atores desconhecidos do processo de produção de conhecimento e património arqueológico? Como transmitir as emoções, individuais e coletivas, geradas por ocasião da sessão organizada Secção de Arqueologia da SGL, no Auditório Adriano Moreira, a 13 de dezembro de 2023, evocativa dos 100 anos do nascimento do arqueólogo, museólogo e patrimonialista João Manuel Bairrão Oleiro (1923-2000), perante familiares, antigos colegas, admiradores e interessados na sua história de vida?<sup>2</sup>

O que dizer, também, quando os herdeiros de Maria de Lourdes Costa Arthur (1924-2003), uma das muitas mulheres esquecidas da arqueologia em Portugal, assistindo à homenagem que lhe proferimos<sup>3</sup>, se emocionaram a escassos dias de comemorarem o primeiro centenário do seu nascimento?

Como relatar as memórias e as emoções suscitadas pelo reconhecimento de familiares, amigos e vizinhos - alguns, infelizmente, falecidos -, residentes nas imediações do sítio arqueológico de Vila Nova de São Pedro, imortalizados em fotografias colocadas no fundo de vitrinas da sala 1 do Museu Arqueológico do Carmo, no contexto do projeto ‘VNSP 3000’<sup>4</sup>, da Associação dos Arqueólogos Portugueses, e de artefactos por eles encontrados nas escavações conduzidas no mesmo sítio, nos anos 60? Emoções e memórias esclarecedoras, nalguns casos,

<sup>2</sup> Nos 100 anos do nascimento de João Manuel Bairrão Oleiro | IHC

<sup>3</sup> Mulheres na Arqueologia: (estrati)grafias | Seminário | IHC

<sup>4</sup> Home - Vila Nova de São Pedro - VNSP 3000

de aspetos essenciais do próprio processo científico então adotado. Mas nada sobrepujará o regozijo patente nos rostos de quem assiste de novo a escavações no mesmo sítio e se depara, pela primeira vez, com a apreciação pública do seu contributo para a produção de conhecimento científico.

Memórias individuais e coletivas sobrevividas e emoções produzidas de igual modo por ocasião da ação de formação que conduzimos a eventuais futuros técnicos superiores do Museu Nacional de S. Tomé e Príncipe quando, em maio de 2023, percorremos as suas salas repletas de objetos representativos de páginas essenciais da sua história, donde do quotidiano dos seus antepassados. Emoções transformadas rapidamente em gratas memórias, graças ao respeito pela diferença, à agnição do processo histórico e ao imperativo de o reestudar, reconstruindo narrativas potenciadoras de uma visão integrada do seu passado, como integrada deverá ser a sua gestão futura.

A arqueologia pode e deve contribuir para o desenvolvimento sustentável de regiões e localidades, coadjuvando na fixação de populações e no redobrar da sua criatividade e empreendedorismo.

Mas a dimensão da autoestima é, em última análise, o combustível principal deste mecanismo de (sobre)vivência, mormente em regiões do interior, sendo que, devidamente envolvidas, as populações locais revelam-se as melhores defensoras e divulgadoras do património existente nas suas geografias de atuação.

Precisamos, por conseguinte, de implementar uma verdadeira ação transdisciplinar, recorrendo a distintas especificidades da denominada 'Arqueologia Pública', na qual encontramos inúmeras outras especialidades arqueológicas. Trata-se, na verdade, de um expressivo campo de atuação assomado no contexto anglo-saxónico nos primeiros anos da década de 70 do século XX (Ascherson-2000 e Martins-2022), num momento particularmente interessante da política europeia e internacional que a terá favorecido.

Com efeito, o progresso científico parece estear também na revitalização de expressões culturais fundamental a (re)afirmações identitárias, a exemplo do que sucedeu à época com a campanha internacional lançada pela UNESCO-Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, para resgate dos monumentos do Antigo Egipto ameaçados pela construção da barragem do Assuão. Na sua esteira, surge a 'Convenção para a Proteção do Património Mundial Cultural e Natural' - ou 'Recomendação de Paris', (1972), definindo o conceito de 'património cultural universal' pertença de toda uma comunidade internacional que é convocada a garantir a sua proteção (A.V.V.-2011: 223). Mas emerge de igual modo a 'Declaração de Amsterdão' (1975) reconhecendo a importância da participação das comunidades na gestão integrada do património cultural, robustecida na 'Convenção de Faro' (2005). No seu conjunto, as especialidades constituintes da 'Arqueologia Pública' contribuem para a resolução de problemas prementes da nossa sociedade, como conflitos, crises e estereótipos, promovendo a inclusão social, a criatividade e a resignificação de objetos e paisagens, e, até, a colaboração em programas de saúde mental e de equidade social, através, por exemplo, da organização de visitas orientadas a museus, sítios arqueológicos e demais espaços.

## A UTILIDADE DA HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA: DAR FUTURO AO PASSADO

Para concluir, retomamos a pergunta inicial: *Será que a história da arqueologia ainda é útil?*

A resposta é unívoca: sim, ainda é útil.

É útil, porque contribui para o entendimento do processo de produção de conhecimento e património para o qual concorrem inúmeros atores, femininos e masculinos, instituições, projetos, sítios, coleções, museus e edições, individuais e coletivos, muitos deles invisibilizados por motivos diferentes, recuperando memórias e germinando emoções, conferindo voz a quem nunca a teve ou a deixou de ter.

É útil, porque concorre para a revisitação, reanálise e re-divulgação de projetos de investigação e de estudos.

É útil, porque coopera na elaboração de atividades destinadas a promover a inclusão, a autoestima e o bem-estar de pessoas singulares e coletivas num determinado território, nomeadamente com recurso a património incorpóreo, conquanto associado a materialidades.

É útil, porque contribui para debelar assimetrias entre pessoas, comunidades e territórios.

É útil, porque permite a uma maior aproximação e entrosamento entre cientistas, território e suas comunidades.

É útil, porque possibilita reanalisar artefactos, coleções, exposições e museus à luz dos respetivos contextos de produção, descoberta, gestão e valorização, e assim entender melhor a sua receção.

É útil, porque permite vincular indivíduos e comunidades a territórios, garantindo a valorização destes ao torná-los significantes para aqueles, funcionando como âncora de pensamentos e ações, unindo realidades distintas e (re)construindo paisagens identitárias compostas de novas referências (Crouch-2015).

É útil, porque ajuda a produzir ativos, nomeadamente culturais, sociais e económicos, respondendo, também assim, a quem, entre os contribuintes, questione o financiamento de projetos arqueológicos, concorrendo para o exercício de uma arqueologia pública, mormente no cumprimento de ODS.

É útil, porque, em última análise, permite recuperar memórias e emoções, enquanto contribui para a sua produção, como, seguramente, acontece sempre que um museu, como o da Sociedade de Geografia de Lisboa, acolhe visitantes, nacionais e estrangeiros, introduzindo-os às suas coleções singulares no contexto nacional e internacional.

Lisboa, Inverno-Primavera de 2025

## AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos à atual Direção da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, na pessoa da sua Presidente, a Senhora Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Regina Mongiardim, pelo convite que me foi endereçado para elaborar o texto ora apresentado, resultante da conferência de tomada de posse como Académica Correspondente. Agradeço de igual modo à Senhora D. Carla Abreu por todo o apoio concedido, possibilitando que o artigo integrasse esta edição. Texto que foi produzido no quando do IHC financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projetos UID/04209 e LA/P/0132/2020 (DOI 10.54499/LA/P/0132/2020).

## BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

A.V.V. (2011), *100 anos de Património: memória e identidade. Portugal 1910-2010*, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico I.P.

Ascherson, Neal (2000), “Editorial”, *Public Archaeology* 1(1), p. 1-4.

Bodicee, Rob (2018), *The history of emotions*, Manchester, Manchester University Press.

Crouch, David (2015), Affect, Heritage, Feeling, in E. Waterton e S. Watson, eds., *The Palgrave Handbook of Contemporary Heritage Research*, Basingstoke and New York, Palgrave Macmillan, p. 177-190.

Diaz-Andreu, Margarita (2007), *A World History of Nineteenth-Century Archaeology: Nationalism, Colonialism, and the Past*, Oxford, Oxford University Press.

Diaz-Andreu, Margarita and Sørensen, Marie-Louise S., eds. (1998), *Excavating Women: A History of Women in European Archaeology*, London, Routledge.

Faulkner, Neil (2000), Archaeology from Below, *Public Archaeology*, 1(1), p. 21-33.

Habermas, Jürgen (1989), *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society*, Cambridge, Polity Press.

Martins, Ana Cristina (2022), “Afinal, para que serve a história da arqueologia? Arqueologia e território: realidades, necessidades e possibilidades (breves reflexões)”, *Scientia Antiquitatis*, Vol. 1 (2022), p. 248-264. [<http://www.scientiaantiquitatis.uevora.pt/index.php/SA/issue/view/40>]

Martins, Ana Cristina e (2020), “Território, comunidade, memória e emoção: a contribuição da história da arqueologia (algumas primeiras e breves reflexões)”, in Arnaud, José Morais, Neves, César e Martins, Andreia (eds.), *Arqueologia em Portugal estado da questão. 2020*, Lisboa, AAP e CITCEM, p. 17-24.

Martins, Ana Cristina e Albino, Teresa (eds. lits.) (2010), *Viagens e missões científicas aos Trópicos. 1883-2010*, Lisboa, IICT.

Martins, Ana Cristina e Santos, Ana Isabel (2014), África reencontrada. O sagrado e o profano em duas coleções públicas portuguesas, Lisboa, IICT, p. 14-15.

Martins, Ana Cristina y Querol, Maria de los Ángeles (2017), “Feminismo en los bordes de Europa: la representación de las mujeres en los museos arqueológicos nacionales de Portugal y España”, in Carretero Pérez, Andrés, Papí Rodes, Concha y Ruiz Zapatero, Gonzalo (eds.), *Actas del V Congreso Internacional de Historia de la Arqueología / IV Jornadas de Historiografía SEHA-MAN - Arqueología de los Museos: 150 anos de la creación del Museo Arqueológico Nacional*, Madrid, Museo Arqueológico Nacional, p. 1335-1354.

Schofield, John and Szymanski, Rosy (2001), *Local Heritage, Global Context. Cultural Perspectives on Sense of Place*, New York, Routledge.

Serrão, Vítor (2008), *A trans-memória das imagens. Estudos iconológicos de pintura portuguesa (sécs. XVI-XVIII)*, Lisboa, Edições Cosmos.

Tully, Gemma (2007), Community archaeology: general methods and standards of practice, *Public Archaeology*, 6: 3, p. 155-187.